

Historiografia medieval feminista: a questão da mulher nas esferas de poder na historiografia norte-americana

Carolina Gual da Silva – mestranda em História Social na USP

Nos últimos 30 anos, a produção historiográfica sobre a mulher cresceu enormemente. O impulso veio de dois movimentos diferentes e interligados: o primeiro movimento dizia respeito a novas tendências teóricas no estudo da História como, por exemplo, a história das mentalidades, a história social, a nova história, entre outras. O segundo foi o movimento feminista da década de 1960. Nesse caso, o interesse em estudar o papel da mulher na História estava intimamente ligado à idéia de se fazer uma história dos “excluídos”, como escravos, servos, trabalhadores, homens comuns e, também, mulheres.

A influência feminista foi, e é, particularmente forte entre historiadores anlgosaxões, mais especificamente, entre historiadoras norte-americanas. Esta influência deve-se em primeiro lugar à força do próprio movimento nos Estados Unidos em conjunção com os movimentos hippies dos anos 1960 e 1970 e outros movimentos de contestação da época. Além disso, o caráter eclético e aberto às posições políticas da historiografia norte-americana também possibilitou uma grande aceitação de teorias e métodos novos para o estudo das mulheres na sociedade.¹

A disseminação do feminismo no mundo acadêmico norte-americano pode ser vista na importância e longevidade de periódicos dedicados exclusivamente a estudos feministas como *Signs: journal of women in culture and society* e *Feminist Studies*, além da proliferação de artigos em periódicos tradicionais como *Journal of Family History*, *American Historical Review*, *Speculum: journal of medieval studies*, entre outros.² Muitas historiadoras também se colocam abertamente como historiadoras feministas nas mais variadas áreas de estudos.³

O feminismo, mesmo sendo uma ideologia contemporânea, foi utilizado em estudos de diferentes períodos e assuntos históricos com conseqüências importantes para as abordagens e conclusões dos autores. A historiografia medieval também sofreu

¹ P. Stock-Morton, “Finding our own ways: different paths to women’s history in the United States” in *Writing Women’s History*. Offen, Pierson & Rendall (eds). Bloomington: Indiana University Press, 59-77.

² Para referências específicas ver Stock-Morton, *op. cit.*, e também J. M. Bennett, “Medievalism and feminism” in *Speculum*, 68 (1993) 309-331.

³ Ver Stock-Morton, *op. cit.*, e o volume 68 do periódico *Speculum*, intitulado “Studying Medieval Women: Sex, Gender, Feminism”, 68 (1993).

essas conseqüências. Pretende-se analisar aqui o trabalho de importantes historiadoras norte-americanas para mostrar como a imagem da mulher medieval foi construída em diferentes momentos por uma historiografia muito ligada a questões político-ideológicas, muitas vezes relacionadas ao momento político das próprias autoras.

Dentro das novas preocupações historiográficas, as feministas procuraram efetuar uma revisão dos estudos medievais para “encontrar a mulher”. Isso foi feito de três maneiras diferentes, mas complementares entre si: a descoberta de novas informações, a busca de novas respostas para questões antigas e a criação de campos de pesquisa completamente novos. Esse processo foi desenvolvido a partir de novos métodos de pesquisa arquivística para se extrair novas informações de fontes antigas ou encontrar novos documentos e textos ignorados e/ou desconhecidos pela historiografia tradicional.⁴

A preocupação em devolver “a mulher ao seu lugar de direito na História medieval” é claramente percebida nas historiadoras do início dos anos 1970. Como exemplo, temos o texto “*Sanctity and Power: the dual pursuit of medieval women*” escrito por JoAnn McNamara e Suzanne Wemple.⁵ Este artigo tem como claro objetivo responder à questão da participação das mulheres na sociedade medieval. Ele procura traçar, em poucas páginas, um histórico das condições de vida feminina com suas transformações e continuidades, do início da cristandade até o fim da Idade Média. A análise é norteada por duas questões básicas: o status da mulher na Antigüidade teve um papel importante na concepção medieval da mulher ou foi o Cristianismo que determinou o papel da mulher na sociedade?⁶

As autoras procuram entender como a posição da mulher foi sendo transformada ao longo da Idade Média através de práticas sociais e da produção do discurso sobre as mulheres, seja por parte da Igreja, das leis ou dos poetas. Elas partem do princípio de que as atitudes anti-feministas estão presentes na sociedade desde o Império Romano sofrendo algumas alterações com o advento do Cristianismo. Mas essas transformações não garantiram uma melhoria no status da mulher, pois a Igreja não admitia uma igualdade entre homens e mulheres fora do plano espiritual.⁷ Entretanto, apesar da misoginia presente em quase todas as esferas, segundo as autoras,

⁴ J. M. Bennett, *op. cit.*, pp 326-327.

⁵ Este artigo faz parte de uma coletânea intitulada *Becoming Visible: women in European history*. Edited by Renate bridenthal and Claudia Koonz, Boston: Houghton Mifflin, 1977

⁶ McNamara e Wemple, “Sanctity and Power: the dual pursuit of medieval women”, p. 90.

⁷ Idem, p. 92.

as mulheres encontravam ainda possibilidades para agirem nos espaços públicos, não sendo totalmente excluídas do domínio público.

Para McNamara e Wemple, porém, essa situação se transformou a partir do século XII, o qual representaria o fim da possibilidade de ação da mulher na esfera pública, principalmente no que diz respeito à vida política e econômica. Com um progressivo desenvolvimento de instituições de poder como a Igreja e o Estado que visavam um controle mais centralizado, os espaços foram se fechando para as mulheres que passaram a viver restritas à vida doméstica. A reforma gregoriana teria, então, excluído as mulheres das posições de influência dentro da Igreja e a centralização do poder teria restringido os papéis políticos independentes, onde as mulheres tinham grande influência.

Assim, as autoras fazem uma ligação estreita entre o fortalecimento de instituições de poder e a progressiva exclusão das mulheres desse mesmo poder. Essa posição está bastante ligada ao contexto político das próprias autoras. Durante a década de 1960 e 1970, a grande luta das feministas era por maior participação política numa estrutura de governo e poder quase que exclusivamente dominada por homens. Assim, a agenda política exigia a denúncia dessa situação, tentando mostrar para toda a sociedade o quanto as mulheres eram excluídas. Portanto, as autoras transportam para o contexto medieval uma noção de centralização e participação política que lhes é contemporânea, pois estão preocupadas em demonstrar a origem histórica de uma opressão que elas próprias sentem. Ao fazerem isso, elas cometem anacronismos além de não respeitarem as especificidades históricas.

A partir da década de 1980, a preocupação da historiografia muda drasticamente, como podemos perceber no livro *“The Fourth Estate”*⁸, de Shulamith Shahar, historiadora israelense, mas de formação norte-americana. Investigando documentos antes ignorados por parte da historiografia ela aponta para a reformulação da idéia de inexistência de documentos legais e jurídicos que tratavam da vida das mulheres do século XII. Nesses documentos, mulheres herdavam, vendem, doam terras. Para ela, seria preciso repensar a noção de que as mulheres estivessem excluídas do domínio e do direito sobre a terra, principal fonte de poder e riqueza na Idade Média. A partir desta análise, Shahar chega a uma conclusão que é oposta àquela de McNamara e Wemple: as mulheres medievais, principalmente as da aristocracia a partir do século

⁸ Shahar, *The Fourth Estate*. Chicago: Routledge, 1983.

XII, muitas vezes detinham um imenso poder incomparável a qualquer período anterior ou posterior na história até o século XX.⁹

Mais uma vez, podemos enxergar uma ligação importante entre a posição político-ideológica da autora e as conclusões a que ela chega. A imagem desenvolvida pela historiografia da década de 1970 foi importante como forma de denúncia da exclusão da mulher. Entretanto, ela criou a imagem da mulher como mera vítima, realmente incapaz de lutar por seu espaço na sociedade. O momento histórico da década de 1980 levaria a uma reformulação desta visão, pois se procurava mostrar a competência das mulheres para exercerem os papéis recém-conquistados por suas lutas.

A intenção não era mais denunciar a exclusão histórica da mulher na sociedade, mas mostrar o quanto o século XX estaria atrasado em relação a períodos antes vistos como “desfavorável” para a situação feminina, como é o caso da Idade Média. O problema de Shahar é que ela deixa de lado todas as situações em que realmente havia opressão sobre as mulheres, em nome de uma sociedade medieval que soa quase como uma sociedade pré-feminista.

Os anos 1990 trouxeram novas abordagens que têm relação também com mudanças teóricas e metodológicas não só na História como também nas Ciências Humanas em geral. Numa perspectiva antropológica e sociológica, desenvolve-se com bastante força e impacto o conceito de estudos de gênero.¹⁰ Isso provocou uma mudança no foco das análises historiográficas que procuraram se dedicar mais ao relacionamento entre homens e mulheres do que à mulher como categoria isolada na sociedade.

Além disso, os estudos tornaram-se cada vez mais restritos espacial e temporalmente, com análises cada vez mais regionalizadas, levando em consideração as particularidades de um determinado grupo social em um espaço e tempo bem delimitado, diferentemente dos estudos anteriores que abrangiam vários séculos e regiões muito extensas.

Um bom exemplo dessas novas preocupações é a coletânea *Aristocratic Women in Medieval France*.¹¹ A obra contestava a famosa teoria de Georges Duby

⁹ Idem, p. 12.

¹⁰ Ver estudos de Joan Scott, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis" in: *The American Historical Review*. Dec- 1986, vol. 91, no.5, pp. 1053-1075 e também "Historicizing Experience". Palestra não publicada, *Conference on the "Historic Turn"*, Ann Arbor: University of Michigan, 1990.

¹¹ *Aristocratic Women in Medieval France*. T. Evergates (ed), Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

sobre as transformações familiares¹² a partir de uma extensiva pesquisa documental empírica em regiões específicas do norte da França. Assim, os diferentes autores chegaram à conclusão de que as mulheres não foram excluídas do direito de herdar terras ou mesmo de agirem publicamente.

Nesse estudo, os autores se basearam mais nas relações desenvolvidas entre homens e mulheres para desenvolver seus trabalhos. Kimberly LoPrete¹³, por exemplo, desenvolve uma pequena biografia de Adela de Blois com grande ênfase nas alianças de casamento e seus funcionamentos e conseqüências para a vida política e social medieval. A autora procura construir a imagem de como Adela de Blois teria exercido poder junto com e na ausência de seu marido, relacionando-se com demais homens importantes e poderosos. Os demais autores do livro trabalham com os mesmos tipos de abordagem.

Esse tipo de estudo reflete uma preocupação com as especificidades e particularidades de cada situação, preocupação esta que está presente também no pensamento feminista atual. As mulheres já haviam conquistado espaço em muitas esferas. O movimento feminista não precisava mais provar o quanto a mulher foi vitimizada ou o quanto ela é capaz de exercer as mesmas funções com as mesmas competências que os homens. Voltava-se, portanto, para os casos específicos de cada sociedade ou as diferentes nuances existentes dentro da mesma sociedade. É exatamente esse tipo de preocupação que podemos observar nessas obras a partir dos anos 1990.

Ao analisarmos os trabalhos mencionados, tendo em vista o contexto feminista do surgimento e crescimento dessas obras dedicadas às mulheres na Idade Média, podemos perceber que as pesquisas ganharam um tom militante onde o objetivo principal era atacar o modelo de sociedade paternalista/machista sob a premissa da

¹² De acordo com Duby, ao longo do século XI houve uma mudança significativa nas estruturas familiares que passaram de uma organização cognática para agnática. Isto significa dizer que os laços hereditários, a herança, que inicialmente eram determinados tanto pelo lado materno quanto pelo paterno, passaram a ser estritamente patrilineares. Como conseqüência, as mulheres foram excluídas do direito à herança, restringindo-o ao primogênito. Além disso, elas não poderiam contar com sua família para protegê-las. O resultado teria sido a progressiva alienação das mulheres das propriedades e bens familiares e isto, segundo Duby, significaria menos poder para interferir política e socialmente. Os argumentos de Duby não foram formulados em um único trabalho, mas aparecem em diversas obras suas, entre as quais podemos destacar: *The Chivalrous Society*. Berkeley, 1977; *Medieval Marriage: Two Models from the Twelfth-Century*. Baltimore, 1978; *Histoire de la vie privée: De l'Europe féodal à la Renaissance*. Paris: Éditions du Seuil, 1985; *Le Chevalier, la femme et le prêtre: le mariage dans la France féodal*. Paris: Hachette, 1981; *Mâle Moyen Age: de l'amour et autres essais*. Paris: Champs Flammarion, 1990.

¹³ LoPrete, "Adela of Blois: familial alliances and female lordship" in Evergates, *op. cit.*

existência de dominadores e dominados. Nesse aspecto, o poder foi questão central nos debates.

Mas era uma noção estreita de poder, ou seja, poder interpretado apenas como poder político, atuação em cargos públicos, participação pública explícita. Essa é uma característica presente desde os textos de 1970 até os dias de hoje, embora apareça sob diferentes abordagens e chegue a conclusões também diferentes. O poder pensado de maneira mais ampla, também em suas esferas particulares, não é levado em consideração.

Isso talvez tenha sido consequência de uma noção contemporânea do que significa igualdade entre os sexos, ou seja, essas abordagens levam em consideração apenas o contexto atual de luta feminista. Na nossa sociedade a importância é ter participação política, votar, ser eleito, ter os mesmos cargos de chefia, ganhar os mesmos salários. Assim, a historiografia não se preocupou em entender o significado da presença ou ausência de poder das mulheres e acabou por transformar a Idade Média num espaço de “guerra dos sexos” onde cada autor procura provar seu ponto de vista dentro do binômio mulher poderosa x mulher oprimida.

Além dessa concepção estreita de poder, há uma grande dificuldade de se trabalhar sob uma perspectiva feminina/feminista na Idade Média que é o fato incontestável de que a mulher realmente está ausente de grande parte da documentação existente. Quando não está ausente, ela frequentemente aparece sob a visão misoginística da Igreja que é, por princípio, uma instituição masculina.

Uma leitura relacional dos diferentes tipos de fontes levando sempre em consideração quem produziu o documento e com qual sentido/intenção, pode ser o primeiro passo para novas interpretações sobre o papel e atuação das mulheres na sociedade medieval. Além disso, acredito ser mais viável trabalhar com noções muito mais amplas do que as esferas de poder puramente políticas. As relações entre homens e mulheres, em qualquer sociedade, são complexas e cheias de nuances e deveriam ser entendidas quando ampliamos nossa análise para incluir também as esferas de atuação pessoal, assim como quando deixarmos de lado a preocupação em determinar quem detinha ou não o poder. Em algumas situações as mulheres possuíam autonomia de ação e pensamento e em outras não. O que nos interessa entender é quais eram essas situações e o que isso representava no desenvolvimento das relações entre homens e mulheres na constituição da sociedade medieval.

Bibliografia

Bennett, Judith M., "Medievalism and feminism" in *Speculum*, 68 (1993) 309-331.

Evergates, Theodore (ed), *Aristocratic Women in Medieval France*. T., Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

McNamara, JoAnn & Wemple, Suzane, "Sanctity and Power: the dual pursuit of medieval women" in *Becoming Visible: women in European history*. Edited by Renate Bridenthal and Claudia Koonz, Boston: Houghton Mifflin, 1977.

Partner, Nancy F., "Studying Medieval Women: sex, gender, feminism" in *Speculum* 68 (1993), 205-309.

Shahar, Shulamith, *The Fourth Estate*. Chicago: Routledge, 1983.

Scott, Joan, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis" in: *The American Historical Review*. Dec- 1986, vol. 91, no.5, pp. 1053-1075.

_____. "Historicizing Experience". Palestra não publicada, *Conference on the "Historic Turn"*, Ann Arbor: University of Michigan, 1990.

Stock-Morton, "Finding our own ways: different paths to women's history in the United States" in *Writing Women's History*. Offen, Pierson & Rendall (eds). Bloomington: Indiana University Press, 59-77.

